

14 — Em caso de igualdade de classificação serão aplicados os critérios previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril. Subsistindo o empate, após a aplicação dos critérios anteriormente previstos, competirá ao Júri fixar outros.

15 — Serão excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,50 valores em qualquer um dos métodos não se sendo aplicado os métodos seguintes.

16 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de selecção equivale à desistência do concurso.

17 — As classificações resultantes da aplicação das fórmulas serão calculadas à centésima sendo que se procederá a arredondamento por defeito se a casa das milésimas for inferior a cinco e por excesso se for igual ou superior a cinco.

18 — A publicitação da lista unitária de ordenação final é efectuada através de lista, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Azambuja e disponibilizada na sua página electrónica e, após homologação, publicada na 2.ª série do *Diário da República*.

19 — Posicionamento remuneratório: A determinação do posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados será efectuada, de acordo com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), não havendo lugar a negociação do posicionamento remuneratório pelo que a posição remuneratória corresponde a 1.201,48€ (2.ª posição remuneratória, nível 15), nos termos da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, e do n.º 2 do artigo 68.º da LVCR.

20 — Quota de Emprego: Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3/02, os candidatos com deficiência igual ou superior a 60 % tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

21 — Composição dos Júris:

21.1 — Referência A: Presidente: Marco António Martins Leal Pereira, Vereador da Câmara Municipal de Azambuja. Vogais efectivos: Maria Judite Braz da Costa Álvares, Directora do Departamento de Desenvolvimento Social e Sara Cristina de Oliveira Emiliano Neves, Técnico Superior. Vogais suplentes: Cristina Isabel Pisco Maurício, Técnico Superior e Maria João Gomes da Silva Martins, Técnico Superior.

21.2 — Referência B: Presidente: Marco António Martins Leal Pereira, Vereador da Câmara Municipal de Azambuja. Vogais efectivos: Maria Judite Braz da Costa Álvares, Directora do Departamento de Desenvolvimento Social e Ana Isabel Gonçalves dos Santos, Técnico Superior. Vogais suplentes: Inês Pina Vidal Ramos, Técnico Superior e Maria João Gomes da Silva Martins, Técnico Superior;

21.3 — Referência C: Presidente: Dra. Maria Judite Braz da Costa Álvares, Directora do Departamento de Desenvolvimento Social. Vogais efectivos: Dr. Paulo Alexandre Miranda Louro, Chefe de Divisão e Dra. Joanna Louisa Pereira Whitfield, Técnico Superior. Vogais suplentes: Dra. Zita Maria Galão Veríssimo, Técnico Superior e Cristina Maria Alves Contino Novo, Assistente Técnico.

Os Presidentes dos Júris serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos primeiros vogais efectivos

22 — Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicado na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação (D. R.), na página electrónica desta Autarquia e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

16 de Novembro de 2011. — O Vice-Presidente da Câmara, *Luís Manuel Abreu de Sousa*.

305361766

MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 23117/2011

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 37.º, artigo 21.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de cinco postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, aberto pelo aviso n.º 13712/2011, publicado no *Diário da República*, n.º 127, 2.ª série, de 05.07.2011, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, com Catarina Raquel Sequeira Pinheiro Gavinhos Fontão, com efeitos a partir de dezasseis de Novembro de dois mil e onze, com a remuneração mensal

correspondente ao primeiro posicionamento da categoria e ao nível remuneratório um da tabela remuneratória única, sendo de 485,00€.

Para os efeitos previstos no n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Luís António Dinis da Rosa, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Vogais efectivos: Pedro Nuno Mateus Feliciano, Adjunto de Direcção do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva e António Gonçalves Marques, Coordenador de Pessoal do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva.

O período experimental que teve início a 16 de Novembro de 2011, tem a duração de 90 dias e será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,50 \times ER) + (0,40 \times R) + (0,10 \times FP)$$

sendo que:

CF = Classificação final
ER = Elementos recolhidos pelo Júri
R = Relatório
FP = Formação Profissional

17 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão*.

305371072

MUNICÍPIO DE CASTELO DE VIDE

Aviso n.º 23118/2011

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, torna-se público que a lista unitária de ordenação final resultante do procedimento concursal comum para a ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato por tempo indeterminado na carreira/categoria de Assistente Operacional — área de actividade de Cantoneiro de Limpeza — Aviso de abertura n.º 15414/2011 — *Diário da República*, n.º 111, de 04 de Agosto de 2011, lista essa homologada por despacho do senhor Presidente da Câmara datado de 14 de Novembro de 2011, se encontra afixada na página electrónica do Município e em local público da entidade empregadora pública, destinado para tal.

14 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. António Manuel Grincho Ribeiro*.

305364836

MUNICÍPIO DE ESPOSENDE

Aviso (extracto) n.º 23119/2011

Fernando João Couto e Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende:

Torna público, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, que a Câmara Municipal de Esposende deliberou, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 13/10/2011, manifestar a intenção de proceder à elaboração do plano de pormenor da zona escolar e desportiva de Fão, concedendo um prazo, de trinta dias, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/9, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19/9.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente Aviso e outros de igual teor, que vai ser afixado nos lugares públicos do costume.

17 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, *Fernando João Couto e Cepa*.

205374312

MUNICÍPIO DA GUARDA

Aviso n.º 23120/2011

Celebração de Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado

Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que define e regula os Regimes de Vinculação,